Folhas nº 37
Ministério Público

PROCESSO DG/MP Nº 356/2014
CONTRATO Nº 0001/2015

TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE **CADEIRAS E SOFANETES** QUE ENTRE SI FAZEM O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, E **BEVIK COMERCIAL LTDA.-ME.**, RELATIVAMENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2014.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro de 2015, no edifício-sede do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, situado na Rua Riachuelo nº 115, CEP nº 01007-904, nesta Capital, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, CNPJ nº 01.468.760/0001-90, neste ato representado pelo Doutor **SÉRGIO TURRA SOBRANE**, Subprocurador-Geral de Justiça de Gestão respondendo pelo Expediente da Diretoria Geral, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro, **BEVIK COMERCIAL LTDA.-ME**, CNPJ nº 16.629.582/0001-00, estabelecida na Rua Jorge Amado, 95, Itaquaquecetuba, SP, CEP 08583-630, neste ato representada pelo Senhor **CÉSAR ALEXANDRE DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do documento de identidade RG nº 18.655.532-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 082.934.388-19, residente e domiciliado a Rua Professor Décio Moreira, 117, Jardim Nova Esperança, Jacareí, SP, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, os quais têm certo e ajustado o presente Contrato, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir descritas, com inteira submissão à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, à Lei Estadual nº 6.544/89, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente avença, o fornecimento ao **CONTRATANTE**, de:

1.1. **400 (quatrocentas)** cadeiras fixas/marca *BV/smile*, com espaldar médio, em madeira compensada de no mínimo 15 mm, moldada anatomicamente, estofamento em espuma injetada de poliuretano de no mínimo 50 mm de espessura e densidade de 55 kg/m³, revestida em tecido 100 % poliéster preto, estrutura em tubo de aço com diâmetro de 25 mm e espessura de 1,9 mm; 4 (quatro) sapatas meia cana produzidas em nylon; acabamento das peças metálicas com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática epóxi-pó. DIMENSÕES DO ASSENTO: LARGURA: 460 mm - PROFUNDIDADE: 430 mm - TOLERÂNCIA DE 5%. DIMENSÕES DO ENCOSTO – (medidas internas): LARGURA: 430 mm - ALTURA: 400 mm - TOLERÂNCIA de 5%.

ASSESSORIA TÉCNICA MINISTÉRIO PÚBLICO I.C.

MP 41A

1.2. **220 (duzentas e vinte)** cadeiras fixas tipo refeitório, *marca bv/frisokar* - empilhável, de polipropileno, com assento e encosto no formato anatômico e inteiriço do tipo concha na cor branca, com estrutura de aço, com seção tubular de no mínimo ¾" de diâmetro, com espessura da chapa de 1,6 mm, tratada e esmaltada em epóxi na cor preta.

1.3. **350 (trezentas e cinqüenta)** poltronas giratórias espaldar alto marca *bv/frisokar*. Com espaldar alto, em madeira compensada de no mínimo 15 mm, moldada anatomicamente, estofamento em espuma injetada de poliuretano de no mínimo 50 mm de espessura, e densidade de 55 kg/m3, revestida em tecido 100% poliéster na cor preta, com base giratória e coluna de gás; Assento, encosto e braços reguláveis; Apoios de braços em poliuretano com estrutura em tubos de aço com espessura de no mínimo 1,5 mm; com 5 (*cinco*) rodízios de duplo giro em nylon; acabamento das peças metálicas com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática epóxi-pó. DIMENSÕES DO ASSENTO: LARGURA: 470 mm - PROFUNDIDADE: 460 mm - TOLERÂNCIA DE 5%. DIMENSÕES DO ENCOSTO – (medidas internas): LARGURA: 460 mm - ALTURA: 600 mm - TOLERÂNCIA de 5%.

1.4. **700 (setecentas)** poltronas (cadeiras) espaldar médio marca *bv/frisokar*. Com espaldar médio, em madeira compensada de no mínimo 15 mm, moldada anatomicamente, estofamento em espuma injetada de poliuretano de no mínimo 50 mm de espessura e densidade de 55 kg/m³, revestida em tecido 100% poliéster preto, com base giratória e coluna de gás; assento, encosto e braços reguláveis; apoios de braços em poliuretano com estrutura em tubos de aço com espessura de no mínimo 1,5 mm; 5 (cinco) rodízios de duplo giro em nylon; acabamento das peças metálicas com tratamento antiferruginoso e pintura eletrostática epóxi-pó. DIMENSÕES DO ASSENTO: LAGURA: 470 mm – PROFUNDIDADE: 450 mm – TOLERÂNCIA DE 5%. DIMENSÕES DO ENCOSTO - (medidas internas): LARGURA: 460 mm – ALTURA: 440 mm – TOLERÂNCIA de 5%.

2. Todos os itens acima descritos constaram do Pregão Eletrônico nº 011/2014 (itens 1, 2, 3 e 4, respectivamente), obedecendo-se as disposições estabelecidas no Edital e as condições de fornecimento constantes da proposta apresentada pela **CONTRATADA** no mencionado procedimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O presente Contrato terá a vigência de 4 (quatro) meses, contados a partir de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado ou reduzido por interesse da Administração.

2.2 - Estão inclusos no período de vigência, constante do item acima, os prazos de entrega, aceite e garantia dos materiais objeto deste Contrato, na seguinte conformidade:

2.2.1 - Prazo de entrega: Amostra em 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato e entrega final em 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à ciência da emissão dos Certificados de Aceitação das Amostras.

2.2.2 - Prazo de recebimento e aceite: 5 (cinco) dias úteis.

2.2.3 - Prazo de garantia: 12 meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS LOCAIS, DO PRAZO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

MP 41A

Folhas nº 39
Ministério Público

3.1 - Os materiais deverão ser entregues na Subárea de Almoxarifado do **CONTRATANTE**, localizada na Avenida Casa Verde, 571/593, bairro da Casa Verde, São Paulo, SP, telefones: (11) 3775-4121 / 4125, no horário das 09h00min às 15h30min horas, em dias úteis, ou em outro endereço a ser definido oportunamente nos limites da Capital, a critério da Administração, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**, na seguinte conformidade:

3.1.1 - Prazo de entrega:

- Amostras: **5** (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à data da assinatura do contrato
- 1º (primeiro) pedido de fornecimento de materiais: os materiais deverão ser entregues no prazo de **30** (trinta) dias corridos, a contar do primeiro dia útil seguinte à ciência da emissão dos Certificados de Aceitação das Amostras.

3.2 - **A CONTRATADA** deverá oferecer garantia de qualidade contra quaisquer defeitos de fabricação de, no mínimo, **12** (doze) meses, contados a partir da data do Aceite Definitivo pelo **CONTRATANTE.**

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DO ACEITE

4.1 - O objeto do contrato será recebido, provisoriamente, para verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta comercial.

4.2 - Após a entrega dos materiais pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** submeterá os mesmos a verificação de qualidade. As verificações serão realizadas a critério desta Instituição, por amostragem.

4.3 - Após a verificação, que permitirá inferir se os materiais entregues atenderam aos requisitos do edital do Pregão Eletrônico nº 011/2014, o **CONTRATANTE** emitirá Termo de Aceite, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

4.4 - Ressalta-se a importância de não haver divergência entre os mobiliários entregues e os mobiliários especificados na proposta comercial e apresentados como amostra. Se isso ocorrer após a verificação, com materiais fora do especificado, a **CONTRATADA** deverá providenciar sua substituição em, no máximo, 10 (dez) dias contados do recebimento da comunicação de recusa, quando serão realizados novos testes.

4.5 - Caso os mobiliários entregues apresentem defeitos durante o prazo de garantia, a **CONTRATADA** deverá realizar a substituição e/ou conserto necessário, sem ônus adicional ao **CONTRATANTE** e o prazo de execução do reparo não deverá ultrapassar 10 dias corridos, contados do recebimento da comunicação do defeito.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO E RECURSOS CONSIGNADOS

Para efeito legal, o valor do presente Contrato é de **R$ 212.562,00** (duzentos e doze mil quinhentos e sessenta e dois reais), onerando recursos do elemento 449052.32 - Mobiliário em Geral , UGE 27.01.01 - Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Atividade 595 - Defesa dos Interesses Sociais.

MP 41A

Folhas nº 40
Ministério Público

CLÁUSULA SEXTA - DOS PREÇOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o preço unitário de:

6.1.1 **R$ 63,89** (sessenta e três reais e oitenta e nove centavos), constante para o item 1, perfazendo R$ 25.556,00 (vinte e cinco mil quinhentos e cinqüenta e seis reais);
6.1.2. **R$ 49,80** (quarenta e nove reais e oitenta centavos), constante para o item 2, perfazendo R$ 10.956,00 (dez mil novecentos e cinqüenta e seis reais);
6.1.3. **R$ 174,00** (cento e setenta e quatro reais), constante para o item 3, perfazendo R$ 60.900,00 (sessenta mil e novecentos reais);
6.1.4. **R$ 164,50** (cento e sessenta e quatro reais e cinqüenta centavos), constante para o item 4, perfazendo R$ 115.150,00 (cento e quinze mil cento e cinqüenta reais);

6.2. Os preços são irreajustáveis, observado o disposto no item **XII** do edital do Pregão Eletrônico nº 011/2014.

6.3 - O pagamento será efetuado no **30º** (trigésimo) dia, a contar da emissão do Termo de Aceite pelo **CONTRATANTE** e se processará mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, em agência do Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação vigente.

6.4 - No caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura, por sua inexatidão ou na dependência de apresentação de carta corretiva, o prazo fixado no item 6.3. será contado da data de entrega da referida correção.

6.5 - É necessária a menção do número da conta corrente e da agência do Banco do Brasil S.A., em que a **CONTRATADA** seja correntista, para fins de pagamento.

6.6 - Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, a razão de **0,5%** (meio por cento) ao mês, calculados "*pro rata tempore*" em relação ao atraso verificado.

6.7 - Os acréscimos ou supressões, nos termos do disposto na Cláusula 8ª, implicarão alteração do valor contratado a partir da data da vigência do Termo Aditivo, até o vencimento deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 - A **CONTRATADA** obriga-se a proceder a entrega em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 - À **CONTRATADA** caberá a responsabilidade total pelo fornecimento do objeto deste Contrato.

7.3 - A **CONTRATADA** se obriga, ainda, a garantir, contra defeitos de fabricação, o objeto deste contrato, pelo prazo de **12** (doze) meses, contados a partir da aceitação definitiva do mesmo.

7.4 - A **CONTRATADA** obriga-se a realizar conserto necessário e/ou substituição, no prazo

SEÇÃO TÉCNICA

1P.41A

máximo de **10** (dez) dias corridos, no caso de o(s) material(ais) entregue(s) apresentar(em) defeito, durante o prazo de garantia, sem qualquer ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

7.5 - A **CONTRATADA** deverá comunicar ao **CONTRATANTE** as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

Na forma estabelecida pelo § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões decorrentes da necessidade do material, até o limite de **25%** (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial pactuado, atualizado, mediante comunicação por escrito do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A **CONTRATADA** fica dispensada do oferecimento de garantia da execução deste Contrato, em face do disposto no "caput" do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O controle será executado por agente fiscalizador ou substituto legal, designados em Portaria da Diretoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, ao qual caberá a verificação do cumprimento regular do contrato, comunicando à **CONTRATADA** os fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

11.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Estado de São Paulo pelo prazo de até **5** (*cinco*) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

11.2 - A sanção de que trata o item anterior será aplicada juntamente com as multas previstas no Ato (N) nº 308/2003 – P.G.J., de 18 de março de 2003, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e registrada no sítio eletrônico www.sancoes.sp.gov.br e nos demais sistemas eletrônicos mantidos por órgãos ou entidades da administração estadual.

11.3 - Quando aplicada a multa, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou recolhida, conforme disposto no artigo 10 e seu parágrafo único, ambos do Ato (N) nº 308/2003 – P.G.J., de 18 de março de 2003.

11.4 - As multas serão independentes, sendo aplicadas cumulativamente, não tendo caráter compensatório e, portanto, não eximem a **CONTRATADA** da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a acarretar.

ASSESSORIA TÉCNICA

MP 41A

11.5 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das obrigações, inclusive as acessórias, que acarretem a indisponibilidade da utilização plena dos mobiliários, com todas as suas condições, características e recursos oferecidos, poderá ensejar a aplicação das sanções legalmente previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS

12.1 - Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do presente Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

12.2 - Se, durante o prazo de vigência deste Contrato, forem criados tributos novos ou ocorrerem modificações nas alíquotas atuais, de forma a comprovadamente, majorar ou diminuir o ônus dos contratantes, serão estes revistos, a fim de adequá-los.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Nos termos da Lei Federal n. 8.666/93, o presente Contrato é celebrado após procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº 011/2014, homologado por despacho do Senhor Diretor-Geral a fls. 609 do Processo nº 356/2014 – DG/MP.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS NORMAS REGEDORAS DO CONTRATO

14.1. A presente contratação encontra-se vinculada ao Pregão Eletrônico nº 011/2014, à Proposta da **CONTRATADA** e à competente Ata de Registro de Preços, as quais fazem parte desta avença, como se aqui estivessem transcritas.

14.2 - Aplica-se à presente contratação e aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e demais normas legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1 - Este Contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também às disposições constantes dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

15.2 - A inexecução parcial ou total do ajuste ensejará a rescisão contratual, obedecendo-se ao disposto no artigo 79, acarretando as conseqüências contidas no inciso IV, do artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IV, todos da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações, observados, porém, os termos e condições deste Contrato.

15.3 - A partir da data em que for concretizada a rescisão, cessarão as obrigações contratuais de ambas as partes, ressalvadas as vencidas até aquela data por imposições constantes da presente avença.

ASSESSORIA TÉCNICA MINISTÉRIO PÚBLICO

MP 41A

Folhas nº 43
Ministério Público

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente Contrato, representado por uma das Varas dos Feitos da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente instrumento em **2** (*duas*) vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos de direito.

SÉRGIO TURRA SOBRANE
Subprocurador-Geral de Justiça de Gestão
Respondendo pelo Expediente da
Diretoria-Geral

CÉSAR ALEXANDRE DOS SANTOS
Contratada

ASSESSORIA TÉCNICA
MINISTÉRIO PÚBLICO
D.G.

MP 41A

ATO (N) Nº 308/2003 - P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003
Publicado no D.O.E. de 19.03.2003

Estabelece normas para a aplicação de multas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 19, inciso IX, alínea "a", da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993,

Considerando o que estabelece o artigo 115 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações,

Considerando a necessidade de se adaptar a atual norma sobre aplicação de multas no âmbito deste Ministério Público,

Resolve:

Artigo 1º - A sanção administrativa de multa prevista na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, será aplicada, no âmbito deste Ministério Público, de acordo com as normas estabelecidas neste Ato.

Artigo 2º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Ministério Público, ensejará a aplicação de multa correspondente a 40% (quarenta por cento) a 100% (cem por cento) do valor do respectivo do ajuste, conforme previsto no edital.

Artigo 3º - O atraso injustificado na execução do serviço, obra ou fornecimento do material, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

I - de 1% (um por cento) ao dia, para atraso até 30 (trinta) dias;

II - de 2% (dois por cento) ao dia, para atraso superior a 30 (trinta) dias, limitado a 45 (quarenta e cinco) dias;

III - atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias, caracteriza inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no artigo 6º.

Artigo 4º - O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil, de expediente da Instituição, subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega do material ou execução da obra ou do serviço, até o dia anterior à sua efetivação.

Artigo 5º - O material recusado ou serviço executado em desacordo com o estipulado, deverá ser substituído ou refeito no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação da recusa.

Parágrafo único - A não ocorrência da substituição ou nova execução dos serviços ensejará a aplicação da multa estabelecida no artigo 3º deste Ato, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo fixado no "caput" deste artigo.

Artigo 6º - Pela inexecução total ou parcial dos serviços, obras ou fornecimento de materiais poderá ser aplicada multa:

I - de 20 (vinte por cento) a 100% (cem por cento), sobre o valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida;

II - no valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação ou contratação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

ASSESSORIA TÉCNICA MINISTÉRIO PÚBLICO D.J.

MP 41A

Folhas nº 45
Ministério Público

§ 1º - Na aplicação da multa a que se refere o inciso I deste artigo, levar-se-á em conta o tipo de objeto, o montante de serviço, obras ou materiais eventualmente executados ou entregues e os prejuízos causados à Instituição e à reincidência da contratada.

§ 2º - As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

Artigo 7º - O pedido de prorrogação do prazo para conclusão de obras, serviços ou para entrega de materiais, deverá ser encaminhado à Diretoria Geral e só será apreciado se apresentado antes do vencimento do prazo pactuado, devidamente justificado.

Parágrafo único - A unidade requisitante manifestar-se-á prévia e obrigatoriamente acerca da possibilidade de ser concedida a prorrogação ou da ocorrência de eventuais prejuízos.

Artigo 8º - A aplicação de multa prevista neste Ato será apurada em procedimento administrativo, assegurada a defesa prévia, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

Artigo 9º - Da aplicação da multa caberá recurso administrativo, que poderá ser interposto no Protocolo Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação.

Artigo 10 - Decorridos 15 (quinze) dias da notificação da decisão definitiva, o valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, será:

I - descontado da garantia prestada quando da assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

II - descontado de pagamentos eventualmente devidos, quando não houver garantia ou esta for insuficiente; ou

III - recolhido por intermédio de guia de recolhimento específica, pela própria pessoa física ou jurídica multada, preenchendo-se o campo respectivo com o código nº 500, junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A.

Parágrafo único - Os valores provenientes das multas constituem receitas do Fundo Especial de Despesa do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 3º da Lei Estadual nº 10.332, de 21 de junho de 1999.

Artigo 11 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação da decisão definitiva de aplicação da multa e não tendo sido ela quitada, serão adotadas as medidas necessárias visando sua cobrança.

Parágrafo único – A atualização monetária da multa será efetuada, até a data de seu efetivo pagamento, com base no INPC – IBGE.

Artigo 12 - As sanções previstas neste Ato são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989.

Artigo 13 - O presente Ato deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, todos os instrumentos convocatórios de licitação, contratos ou equivalentes.

Artigo 14 - As disposições constantes deste Ato aplicam-se, também, às contratações decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 15 - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Ato (N) nº 229/2000 - PGJ, de 03 de março de 2000.

ASSESSORIA TÉCNICA

MP 41A